PORTO ALEGRE E AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS: ALGUNS ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS

Lívio silva de oliveira[1]

Resumo:

O trabalho proposto tem como objetivo analisar e compreender os desdobramentos das jornadas de junho de 2013 na cidade Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A capital gaúcha possui um histórico político marcante no sentido mobilização popular, alternando situações de crise e organização de movimentos sociais, e participação cidadã no momento decisório da cidade. As jornadas de junho de 2013 foram o cume de uma sucessão de eventos ocorridos em Porto Alegre nos últimos anos, principalmente aqueles referentes à Copa do Mundo, aos quais são abordados no decorrer do texto. Com efeito, as manifestações de rua catalisaram ações que tiveram reflexos nas instituições do Estado e apresentaram novos atores políticos e outras tentativas de fazer política no contexto porto-alegrense, em especial o Bloco de Lutas, grupo que se destacou nas referidas jornadas. A radicalização de posições e de discursos políticos também está no escopo desta pesquisa. A metodologia empregada nesse trabalho foi o trabalho de campo e a análise de material da mídia, além da literatura referente às áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais e jurídicas.

Palavras-chave: Participação política, difusão midiática, esfera pública.

Abstract:

The proposed study aims to analyze and understand the developments of the 2013's journeys of June in the city Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul. The state capital has a remarkable political history towards popular mobilization, alternating crises and organizing movements social, and citizen participation in the decision-making moment of the city. The 2013's journeys of June were the culmination of a series of events in Porto Alegre in recent years, particularly those relating to the World Cup (2014), which are covered throughout the text. Indeed, the street demonstrations catalysed actions had consequences in state institutions and introduced new political actors and other attempts to make policy in Porto Alegre context, especially ***Bloco de Lutas*** (Fights' Block), a group that stood out in those days. The radicalization of positions and political discourse is also in the scope of this research. The methodology used in this work was the fieldwork and analysis of media material, in addition to the literature on the areas of Humanities and Social and Legal Sciences.

Key words: Political participation, Media broadcast, public sphere

[1] - Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação de Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Violência e Cidadania (GPVC), ligado à UFRGS, e membro da rede de pesquisadores do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), ligado ao IFCS-UFRJ. Especializado em Sociologia Política e Cultura, pela PUC Rio. Bacharel em Ciências Sociais – Sociologia, pela Universidade Candido Mendes.

1. Introdução

A cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS), foi uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, evento realizado no Brasil. A referida cidade foi o local de quatro partidas do evento futebolístico, ocorridas em junho do ano supracitado. A programação da Copa seguiu mesmo não havendo mais jogos disputados no estádio Beira-Rio, que pertence ao Sport Club Internacional e foi utilizado como aparelho do evento. A cidade recebeu turistas de vários lugares do Brasil e do mundo, com especial atenção para os turistas provenientes da Argentina, país que faz fronteira com o RS. A Copa das Copas, termo cunhado pela então Presidente da República Dilma Rousseff, parece ter alcançado os objetivos aos quais se propôs em Porto Alegre, sendo considerada um sucesso pelos gestores públicos, turistas, grandes grupos midiáticos e empresários de vários ramos.

No entanto, a Copa do Mundo parece ter começado antes mesmo do pontapé inicial na cancha futebolística. As disputas políticas e as lutas sociais se iniciaram muito antes da bola rolar nos gramados brasileiros. A colisão entre interesses financeiros, dados os grandes empreendimentos dos setores de construção civil e especulação imobiliária, e os direitos de cidadania, como, por exemplo, o direito à moradia, que são garantidos pela Constituição Federal; foi a tônica dessa disputa. O processo de remoção de famílias pobres de áreas de interesse do evento Copa é ilustrativo para verificar as contradições entre o Estado democrático de Direito formal em relação aos interesses do capital financeiro. A capital gaúcha também foi palco dessas disputas como cidade-sede, tendo como marco a organização de várias entidades para a manutenção dos moradores do Morro Santa Tereza, zona sul de Porto Alegre (ARAÚJO, 2014: 7).

Posteriormente, a mobilidade urbana e o direito à cidade também foram se tornando pautas de reivindicações de movimentos sociais em Porto Alegre anos antes da Copa do mundo se iniciar. Essas mobilizações sociais se deram no ano de 2012, e tiveram seu cume em 2013, quando as grandes manifestações de massa tomaram as ruas do Brasil. Contudo, as pautas apresentadas inicialmente pelos movimentos sociais organizados foram sendo diluídas por reivindicações mais genéricas como o fim da corrupção e maiores investimentos nas áreas da saúde e da educação, de maneira aparentemente espontânea. Uma multiplicidade de pautas e uma diversidade de grupos foram às ruas do país, causando perplexidade em todas as camadas sociais (FACHINETTO, ALESSANDRI-RIBEIRO, 2013: 74). Neste contexto, os gastos com a Copa do Mundo foram incluídos como formas de corrupção.

A cidade de Porto Alegre surgiu na vanguarda das manifestações de Julho de 2013. O contexto porto-alegrense será aprofundado neste texto, pelo histórico de mobilizações e participação política organizada. A cidade apresenta um caráter particular neste sentido que servirá de base para reflexão para uma possível compreensão dos desdobramentos ocorridos na capital gaúcha e algumas de suas reverberações no interior do RS e na Esfera Pública, após as jornadas de julho.

Alguns pontos serão apresentados para verificar a formação histórica, social e cultural na participação política da população gaúcha e refutar alguns mitos sobre esta mesma formação. A técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dados nas manifestações foi o trabalho de campo, através da observação participante e também as informações veiculadas pelos jornais e portais de informações no Estado do RS. A análise dos dados teve como referências trabalhos das grandes áreas das Ciências Jurídicas, Sociologia, História, Filosofia e Ciência Política.

2. Particularidades de Porto Alegre e do Estado do RS: breve histórico das mobilizações sociais e da participação política no Sul do Brasil.

O Estado do RS possui um histórico de lutas, mobilizações e disputas sociopolíticas marcante no processo de formação do Brasil como país. Um Estado fronteiriço com outros dois países (Argentina ao oeste e Uruguai ao sul), que foi palco de disputas territoriais entre Espanha e Portugal no período colonial e no processo de independência do Brasil para demarcação de fronteiras. Esse histórico de lutas foi construindo e cristalizando no imaginário social o tipo ideal de gaúcho como um arquétipo de homem da guerra e do campo. Porém, a proposta deste artigo não é uma ode a esse gaúcho, ao contrário, aqui se propõe uma ruptura, nos termos de Pierre Bourdieu, para a produção do conhecimento sociológico, ao qual só pode ser constituído como ciência se separado do senso comum (BOURDIEU et ali, 2010:25). Nesse sentido, esta seção do artigo é para identificar as contradições e os conflitos existentes na sociedade gaúcha a partir de uma construção histórica mítica.

O processo de construção social do gaúcho pode ser verificado através das artes e da história oral. Na literatura, o escritor Érico Veríssimo (1905-1975) tem como sua obra de maior expressão *O tempo e o vento*, na qual ele descreve a formação histórica, social e cultural do RS a partir da trajetória da família fictícia Terra-Cambará e o desenvolvimento da cidade de Santa Fé, também fictícia. O personagem Capitão Rodrigo Severo Cambará é o tipo idealizado do gaúcho, como um guerreiro elegante, bonito, forte, destemido e festeiro. Essa descrição também pode ser encontrada no livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, no qual este arquétipo de gaúcho é a antítese do sertanejo do interior da Bahia, já que a referida obra é uma espécie de caderno de campo de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos.

Na história oral, a verve guerreira dos gaúchos teve início nas chamadas guerras guaraníticas, na metade do século XVIII. O índio missioneiro chamado José Sepé Tiaraju, se tornou líder da revolta contra o que fora estabelecido no Tratado de Madrid (1750), o qual as missões jesuítas deveriam ser retiradas dos territórios de litígio entre Portugal e Espanha. Assim, Sepé Tiaraju formou milícias indígenas para combater as tropas das duas metrópoles europeias, sendo morto na batalha do Caiboaté, no ano de 1756. O lema de Sepé Tiaraju seria "*Esta terra tem dono!*", em discordância com os litigantes europeus, apontando os nativos como sujeitos e atores sociais e políticos da região, não mais como objeto de uma relação. As guerras guaraníticas, então, podem ser entendidas como o primeiro movimento organizado de emancipação de uma população local no Brasil, mesmo que este não ainda tivesse se configurado como tal. A narrativa simbólica desses eventos remete a uma espécie de mito fundador. Sepé Tiaraju é considerado um santo popular no RS, além de estar no hall de heróis nacionais do Brasil.

O conflito armado deflagrado no RS que foi mais difundida através da História foi a Revolução Farroupilha (1835-1845). O grupo liderado por Bento Gonçalves era formado basicamente de oficiais do Exército Brasileiro, que também eram estancieiros, que pressionavam o governo central contra a taxação do charque do RS. O movimento passou pelas fases de reivindicação da república no Brasil para uma república rio-grandense, esta sendo declarada em 20 de setembro de 1835. A diferença entre os movimentos guarani e dos líderes farrapos é interessante para análise. A primeira era de uma organização comunal, enquanto a segunda era de fazendeiros, os quais também possuíam o trabalho de mão de obra escrava, contradizendo seus ideais liberais e republicanos. O caráter elitista da revolução foi sendo verificado, acarretando

dissidências, como a do italiano Giuseppe Garibaldi. Na ocasião da assinatura do tratado de Poncho Verde, que pôs fim a guerra em 1845, os líderes da revolta foram anistiados e reintegrados ao Exército Brasileiro, incluindo Bento Gonçalves, que chegou a presidir a república rio-grandense.

Ainda assim, foi montado um regimento só de ex-escravos sob a condição de lutar pela república rio-grandense, os lanceiros negros, que tombaram na *batalha de porongos*, junto com seu último comandante, Major Teixeira Nunes. Essa batalha também é conhecida como a *traição de Porongos*, já que a questão da libertação dos escravos nunca foi um tema central na república rio-grandense. Esse episódio aponta para a reprodução das práticas de desigualdade na nova república. O temor de um levante e uma hipotética luta por reconhecimento desses atores sociais fez com que se eliminasse a ameaça desses lanceiros de forma definitiva. A revisão e o resgate históricos dos lanceiros negros começam a ser feitos nos últimos tempos, a fim de disputar o símbolo da Revolução Farroupilha. Em 2013, o então governador do Estado, Tarso Genro, formou uma comissão para o resgate da memória dos lanceiros, apontando também para invisibilidade histórica que o povo negro sofre ao longo da história do RS. Em tempo, o próprio termo farroupilha remete aos combatentes populares que compunham as tropas, que eram conhecidos por trajarem roupas esfarrapadas, mas as lideranças foram sempre de setores da elite agrária local. A marca da Revolução Farroupilha permanece ainda hoje nos símbolos do Estado Gaúcho. Tanto a bandeira dos farrapos e o brasão do com os dizeres "***República Rio-grandense/ 20 de setembro de 1835***" ainda são adotados de maneira oficial pelo RS.

Outros acontecimentos políticos foram se dando pelo Estado e tendo consequência em âmbito nacional no transcurso da história. As revoluções federalistas e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder são exemplos de fatos políticos que alteraram a Esfera Pública no Brasil. No caso do RS, esse apelo mítico teve reflexo nas suas instituições, incluindo sua polícia militar, que se diferencia das demais do país em seu nome: a Brigada Militar (BM). A campanha da legalidade, encampada em 1961 pelo então Governador do Estado Leonel Brizola, fez com que se apresentasse a face de exército estadual da BM. A resistência de Brizola e suas polícias no palácio Piratini, sede do Governo estadual, juntamente com populares que se encontravam na praça da matriz, enfrente ao referido palácio, ante a ameaça de bombardeio das Forças Armadas brasileiras acarretou a negociação de João Goulart para assumir o cargo de presidente da República de maneira constitucional, objetivo da Campanha da legalidade (ALMEIDA, 1997; KARNIKOWSKI, 2010). Esses eventos que afetaram a instituição política no Brasil podem ter cristalizado o imaginário de politização generalizada do RS.

Além dos fatos supracitados na esfera institucional, um aspecto cultural reforça na empiria o status imaginário do RS como Estado mais politizado do país: a colonização ítalo-germânica. O RS tem uma característica de áreas de colonização europeia que tinham como objetivo estimular a agricultura familiar e diversificar a produção, tendo um traço mais associativista em virtude da redução populacional nesses territórios. As áreas da serra do RS e dos Vales dos rios dos Sinos e Taquari são identificadas como regiões de grande concentração deste tipo de colonização. A região sul e campanha do Estado, todavia, é marcada pela colonização portuguesa, do grande latifúndio e um histórico de trabalho escravo como atividade econômica, com forte centralização de poder institucional (SCHABBACH, 2007). Apesar dos fluxos migratórios que permitiram que não houvesse um perfil estanque da população, o imaginário popular do gaúcho europeizado permanece e é entendido como um dos

fatores de desenvolvimento político, uma espécie de naturalização, mesmo que este pensamento não se sustente pela verificação histórica e pela análise sociológica.

Alguns movimentos sociais organizados e mecanismos de participação popular tiveram origem no Estado do RS. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Levante Popular da Juventude, ligados a Via Campesina, que tem atuação em âmbito nacional, são oriundos do Estado gaúcho. O MST formado na década de 1980 tendo como pauta a reforma agrária dialoga com demandas históricas contra o agronegócio e a favor de uma agricultura de economia solidária, ou seja, o antagonismo entre o grande latifúndio e os pequenos agricultores. O Levante teve origem nos anos 2000 e tem como objetivo o diálogo e a articulação entre as juventudes camponesa e urbana, principalmente através do estímulo do protagonismo dos jovens de periferias. Estes dois movimentos indica as contradições do capitalismo dentro do Estado do RS e as lutas sociais que fazem cair por terra a tese de um Estado distinto das demais unidades da federação. Em outras palavras, o surgimento desses movimentos organizados aponta para o rompimento do senso comum para análise sociológica dos fenômenos políticos no RS, já que esses movimentos são pautados por demandas e problemas sociais reais em relações de poder assimétricas.

Essa cultura organizacional tem reflexos em Porto Alegre no sentido de participação política de sua população. A experiência do Orçamento Participativo (OP) na capital gaúcha indica a prática de uma democracia participativa para canalizar os recursos por parte dos moradores da cidade através de conselheiros comunitários divididos por áreas determinadas. Essa experiência se estendeu também para o campo da segurança pública pelos Conselhos Comunitários de Segurança (COMJUS) (GUERRA CÂMARA, 2014). No entanto, o cargo de conselheiro de OP passou a ser visado e sofrer influência mais direta de políticos institucionais e entrando numa lógica de apoios com fins eleitorais.

Além da experiência do OP, a cidade de Porto Alegre também foi sede de edições do Fórum Social Mundial (FSM), que se tornou uma rede de organização de movimentos sociais se articulavam de maneira internacional, onde múltiplos sujeitos se movimentam. O FSM sobre sua constituição se era um sujeito/ator ou um espaço/processo em arena de intercâmbio transnacional de lutas sociais por parte de movimentos sociais, ONGs por meio de seus conhecimentos e suas práticas (SCHERER-WARREN, 2007: 22).

Com o exposto acima, podemos verificar fatos históricos e aspectos culturais, sociais e institucionais da participação política da população gaúcha. Contudo, esse engajamento não é algo universal e universalizado. Apesar de contribuições significativas, o ideal do gaúcho como um sujeito politizado naturalmente não é identificado pelas estruturas do Estado e da sociedade brasileiros, marcados por desigualdades sociais e econômicas que acarretam marginalização e não reconhecimento de direitos de determinadas classes sociais mais empobrecidas e de sujeitos históricos de exclusão. Este processo se evidenciou com a proximidade da Copa do Mundo, expondo a nu o antagonismo do poder econômico e o uso do Estado por elites para mercantilizar direitos constitucionais como moradia, livre manifestação política, entre outros.

3. Moradia e a rua: os desdobramentos de um longo processo de lutas em Porto Alegre

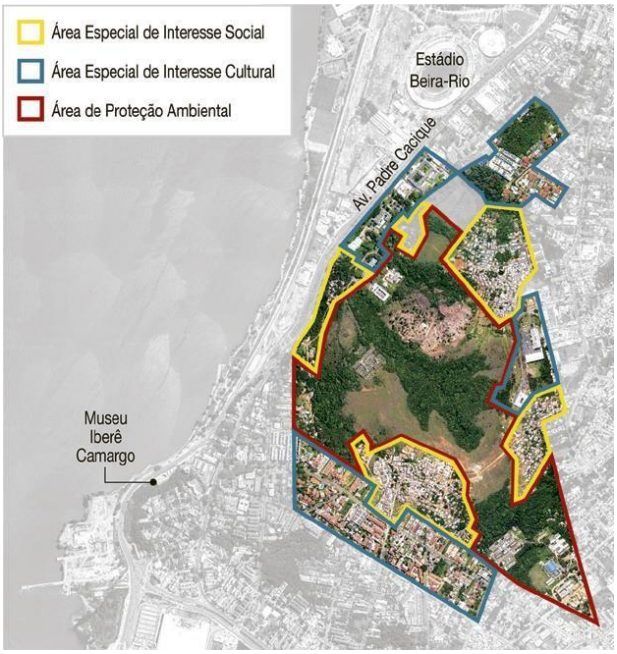
As cidades que foram escolhidas como sede para a Copa do Mundo tiveram seus momentos de êxtase e de ressaca. As populações marginalizadas e empobrecidas se viram ameaçadas pela especulação imobiliária. A socióloga Gabrielle Araújo (2014) destaca as ações no cenário nacional a partir da organização de associações como a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas (ANCOP), a qual tinha como objetivo apontar a violação de direitos das populações mais vulneráveis. A ANCOP teve ação destacada no que tange os direitos dos "*atingidos pelas obras da Copa*":

> Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas (ANCOP), a qual reúne acadêmicos, organizações sociais, militantes diversos e lideranças populares das doze cidades que serão sede dos jogos dos mundiais. A iniciativa de constituí-la resultou da realização de três seminários, ocorridos ao longo de 2010, que tinham como eixo de discussão os impactos que o Brasil passaria a sofrer com a chegada do megaevento. (...)Assim, ao longo destes anos, a ANCOP se transformou num importante interlocutor político entre governos e sociedade, particularmente dos denominados "atingidos pelas obras da Copa", desenvolvendo diversas atividades que vão desde a realização de plenárias, formação de lideranças populares, produção de materiais informativos, atos públicos e elaboração de denúncias de violação de direitos humanos em diversos âmbitos e sobre diferentes temáticas (moradia, trabalho, regime urbanístico, ambiental, falta de transparência no uso de recursos públicos, ausência de participação do conjunto da população) (ARAÚJO, 2014: 5).

Em Porto Alegre, o ponto central de conflitos no sentido da moradia foi o Morro de Santa Tereza. A localidade situada na zona sul da cidade, perto do rio Guaíba é significativa por aspectos históricos, sociais, ambientais, entre outros. No entanto, houve a tentativa de alienação de 74 hectares para especulação imobiliária da referida região, que também concentra comunidades populares na localidade. Ademais, a duplicação da Avenida Tronco, como obra para a Copa do Mundo, pressupôs a remoção de milhares de famílias que viviam em vilas/favelas de bairros da zona sul da capital gaúcha.

Em decorrência deste interesse financeiro e sua investida foi organizado o movimento o *Morro é Nosso*, ao fim do ano de 2010, como forma de defesa do espaço público e do direito à moradia. A mobilização social contou com uma formação plural, com a participação de sindicatos, indivíduos, grupos civis, lideranças comunitárias, e organizações sociais diversas, como o Levante Popular da Juventude, o MST, além do ponto de cultura Quilombo do Sopapo – bairro Cristal, também na zona sul de Porto Alegre (ARAÚJO, 2014: 6-7). Com a constituição do Comitê Popular da Copa (CPC/POA), a defesa no campo jurídico se consolida, sendo capaz de denunciar as violações praticadas pelo Estado contra a população em decorrência do interesse financeiro. Portanto, a configuração do movimento *Morro é Nosso* indica uma crescente de mobilizações sociais de rua em regiões não centrais em Porto Alegre, tendo em vista que a população do morro Santa Tereza foi às ruas protestar contra os impactos da Copa em seu cotidiano. A luta do movimento impediu a alienação completa do referido morro, através da sanção da lei municipal que instituiu a área como interesse especial, como mostra a figura abaixo:

Figura 1[2]:



A privatização dos espaços públicos em decorrência da Copa do Mundo foi problematizada se tornando pauta de reivindicações de outros setores sociais de Porto Alegre. O ato ocorrido na cidade na data de 04/10/2012 foi idealizado pela Defesa Pública da Alegria. O movimento coletivo tinha como objetivo ocupar os espaços públicos da cidade com a ideia de socialização.

O mascote de uma das empresas patrocinadoras para o evento, localizado no Largo Glênio Peres, enfrente ao Mercado Público de Porto Alegre; foi supostamente atacado pelos manifestantes. Tratava-se de um objeto de plástico. No entanto, o aparato repressivo do Estado empregou métodos abusivos de violência contra os manifestantes que faziam um protesto cercando o objeto. A ação policial deixou dezenas de manifestantes feridos.[3] O ocorrido apresentou uma contradição no Estado: a defesa patrimonial em detrimento de vidas humanas. Este episódio reforça a tese na qual o movimento de rua não se deu do dia para noite. Observa-se, porém, a revitalização do local pode ser verificada com o movimento de ocupação chamado *largo vivo*.

No ano de 2013, os grandes movimentos de massas têm seu ressurgimento no Brasil. Porto Alegre é apontada como a cidade onde o movimento teve início. A pauta de reivindicação inicial foi o transporte público. O grupo que reivindicava essa pauta é o *Bloco de Luta por um Transporte Público*, ou simplesmente *Bloco de luta*. O grupo é composto por diversas organizações reunidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e popular de qualidade em Porto Alegre. O caso de Porto Alegre foi emblemático. A mobilização popular iniciada por este grupo conseguiu que a prefeitura desta cidade recuasse no aumento da tarifa de R$ 3,05 para ser mantida em R$ 2,85.

[2] - Fonte: Jornal Zero Hora.

[3] - Fonte: Jornal Sul21. Manifestação termina em batalha campal em no centro de Porto Alegre. 05/10/2012. Disponível em: http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/

É fato que havia uma ação judicial movida por vereadores da capital gaúcha, em dezembro de 2011. Além disso, ocorreram manifestações durante todo o ano de 2012 contra o aumento da passagem. A justificativa das ações foi que os cálculos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) não referendavam o aumento abusivo das tarifas dos ônibus na cidade. Porém, sem a mobilização popular, que tomou um crescente desde janeiro de 2013, somada a participação de vários partidos de esquerda, movimentos sociais e associações anarquistas, que chegaram a levar mais de vinte mil pessoas aos protestos em Porto Alegre, tendo seu ápice em abril, não haveria a pressão para a liminar judicial não sofrer recurso por parte da prefeitura da capital gaúcha.

Conclui-se que essa não foi uma conquista de um grupo isolado. A aplicação de uma norma judicial não apresentaria tal força no âmbito político. O esforço conjunto de setores de esquerda e de movimentos sociais conseguiu levar pessoas da sociedade civil, em sua maioria jovens; para as ruas e conquistando a simpatia e a adesão da população de Porto Alegre. O movimento apresentou como bandeira o direito à mobilidade urbana e o aproveitamento do espaço público pela população, passe livre para os transportes público – "*transporte público não é mercadoria, é direito*" – e uma pauta bem ampla: a mudança de um sistema econômico, jurídico, político e social excludente, o capitalismo.

Nesse ponto, pode ser apresentada a questão coletiva para tomada de posições políticas. O fator decisivo na ruptura do isolamento individual é a segurança dos números (PRZERWORSKI, 1994), situação identificada nos atos realizados em Porto Alegre no ano de 2013:

> A sociedade civil mobiliza-se, as novas organizações se formam, declaram-se independentes do sistema, proclama seus objetivos, mas o regime dispõe instituições centralizadas, não-competitivas, que agregam apenas os grupos dispostos a aceitar sua direção, e que controlam os resultados de todos os processos políticos *ex post*. Assim, de um lado, organizações autônomas nascem na sociedade civil; de outro, não há instituições onde essas organizações possam manifestar suas opiniões e negociar seus interesses. Por conta dessa lacuna entre as organizações da sociedade civil e o fechamento das instituições do Estado, o único lugar onde os grupos recentemente organizados podem eventualmente lutar por seus valores e interesses é a rua. A luta assume, então, um caráter inevitavelmente de massas. (PRZERWORSKI, 1994: 87-8)

A interpretação de Adam Przerworski pode ser enquadrada nesse momento. A rua se torna o palco de reivindicações políticas da sociedade civil brasileira. Tal ação denota a necessidade da população ser ouvida e vista no sistema democrático representativo. Contudo, quando um movimento de massas chega ao seu ápice, a tendência é declinar. Apesar disso, os fatos ocorridos acabaram por levar setores do governo a negociar com as lideranças das organizações civis. As mobilizações sociais acabam por tornar suas lideranças mais conhecidas. Segundo Przerworski, na perspectiva sociológica, isso facilita que o contato pessoal se tornar um contato oficial:

> As negociações demonstram que a oposição dispõe-se a ouvir e fazer concessões, os contatos pessoais trazem uma aproximação entre pessoas. Gradualmente, a transição parece ser apenas uma brecha e a repressão nada menos do que barbárie. Os liberais mudam suas preferências de modo endógeno em consequência da barganha com a oposição. (PRZERWORSKI,1994: 94)

Przerworski ainda afirma que "*as definições de rua demonstram que o mais sagrado dos valores autoritários, a ordem, foi violado*"(1994: 88). Este ponto pode ser observado na ação policial em determinados momentos. No caso de Porto Alegre, os momentos mais tensos se davam com a aproximação das movimentações de massa à sede do Grupo RBS, filiada da Rede Globo de Comunicações. A grande mídia também era alvo da pauta anticapitalista do *Bloco de Lutas*, no intuito de democratizar os meios de comunicação de massas. As barreiras de policiais montadas próximas à sede do grupo problematizou a relação entre o que é público e o que é privado, já que a reação do aparato policial foi violenta com a utilização de bombas de gás lacrimogêneo. Entretanto, pode ser problematizado também o poder da mídia corporativa em publicar opiniões, no sentido de atacar quem a deixou ser atacada, refletindo, mesmo assim, a perspectiva patrimonialista das elites brasileiras em relação ao Estado. Não se

trata, portanto, negar o direito universal à segurança, mas indicar como as classes dominantes exercem este direito de maneira particularizada através de uma perspectiva patrimonial do Estado, caracterizando essa ação como defesa de seus privilégios.

A mídia corporativa tentou construir discursos. A distinção entre categorias de quem estava na rua nos movimentos de massa legitimava ou não suas pautas. A análise de Alessandri-Ribeiro & Fachinetto (2013) sobre as coberturas feitas pelos jornais Estado e Folha de São Paulo, por exemplo, apontam para as estratégias discursivas que constroem a legitimidade ou não dos manifestantes por parte da mídia corporativa. As pautas genéricas – como o fim da corrupção, e mais saúde e educação - e as manifestações chamadas de pacíficas e espontâneas são evidenciadas pela grande mídia como "*forma correta de se protestar"*. Já militantes de movimentos sociais e/ou de partidos de esquerda são chamados de *oportunistas*, enquanto os adeptos da tática de ação direta ***Black bloc*** são chamados de *vândalos* e/ou *criminosos mascarados infiltrados em uma manifestação pacífica*, por se utilizarem de métodos violentos nessa ação. Essa valoração moral e o esvaziamento político das manifestações de massa por parte da mídia corporativa parecia não levar a reflexão que mudanças estruturais parecem necessárias não só na política institucional, mas também no sistema socioeconômico. Porém, Eduardo Georjão Fernandes (2016), em pesquisa realizada nas redações dos jornais gaúchos *Zero Hora*, *Sul21* e *Diário Gaúcho* sobre a temática das manifestações de massa em Porto Alegre, escreve que a ideia de "objetividade" consiste em um princípio legitimador da profissão de jornalista (2016: 174), indicando contornos de pretensa neutralidade discursiva.

Os gastos dos governos com a Copa do Mundo estavam nas reivindicações genéricas contra a corrupção. No entanto, a mídia corporativa não apontava os lucros empresariais com as obras do evento, ao passo que ressaltava os gastos estatais com o evento. A ideia de que a empresa privada é mais competente que o Estado se evidencia, mesmo que a primeira dependa do segundo. A crise institucional é mais profunda já que os governos neoliberais da América Latina não obtiveram êxito em fortalecer as instituições democráticas e dar legitimidade popular às mesmas (BORON, 2003). Ellen Wood (2004) afirma que a democracia representativa é incompatível com o sistema econômico capitalista, por este mercantilizar as relações sociais. Sem embargos, o esvaziamento do debate político aponta para uma tentativa por parte das classes dominantes de desmobilização das massas e /ou do *cidadão comum*, com a estratégia discursiva de que a política instituição é uma prática moralmente condenável por ser inerente à corrupção, ao mesmo tempo em que essas mesmas classes dominantes possuem uma atuação política contínua.

A grande guinada do *Bloco de Lutas* foi a ocupação da câmara de vereadores de Porto Alegre (CMPA). Iniciada no dia 10/07/2013 e terminada no dia 18/07/2013, o parlamento da cidade foi ocupado pelo movimento social, com as mesmas reivindicações que levou às ruas. A motivação foi a votação dos parlamentares a favor dos empresários e contra o povo. A equipe da RBS se retirou da Casa por ser alvo de protestos por parte dos ocupantes. As bancadas dos partidos de esquerda da CMPA fizeram coro ao discurso dos manifestantes. A protocolação para a abertura das contas dos empresários foi feita por duas vereadoras representantes das bancadas citadas: Sofia Cavedon (PT) e Fernanda Melchionna (PSOL). Essas posições acabaram por isolar as bancadas de esquerda ao fim da ocupação do *Bloco de Lutas* na CMPA. A visibilidade do movimento social cresceu, mesmo com várias acusações de que o coletivo era autoritário e obsceno.

A ideia de obsceno foi construída pelas fotos tiradas na data da desocupação. O cenário para os registros fotográficos tinha como fundo uma galeria de fotos de vereadoras que estão e/ou já passaram pela Câmara. Os manifestantes posaram nus para o fotografo, o que causou reações raivosas e desesperadas de setores mais conservadores da imprensa e da sociedade. A ordem, mais uma vez, foi quebrada. O símbolo desse episódio foi a expressão de uma vereadora que ficou escandalizada ao ver um vazio onde estava sua foto. O drama protagonizado pela parlamentar foi motivo de piada nas redes sociais. A vereadora acreditava que teriam dado sumiço em sua foto e queria uma retratação. Mas em seu frenesi narcísico, ela não se deu conta que o quadro tinha sido guardado. Essa parlamentar personifica toda a crise de representatividade institucional do atual modelo político no Brasil. A reação da parlamentar é ilustrativa para a reflexão sobre os interesses particulares dos representantes entram em conflito com as demandas coletivas dos representados.

O *Bloco de Lutas*, como as manifestações de massa, também entrou em declínio. Rachas internos reproduziram dentro do movimento as disputas políticas institucionais dos partidos de esquerda e de setores anarquistas, no que tange à ideologia e à metodologia dos grupos componentes do bloco. Além disso, houve desdobramentos criminais, com indiciamento de sete membros do movimento por formação de milícia na capital gaúcha[4], enfraquecendo o *Bloco de Lutas*. Em decorrência desses fatos, membros do *Bloco de Lutas* ligados ao Partido dos Trabalhadores do RS (PT-RS) foram expulsos do movimento sob a alegação de conivência com o Governo do Estado, que na ocasião ainda era governado pelo partido supracitado. A criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado aparece no discurso do *Bloco de Lutas* com o grito de ordem "*protestar não é crime!*". Porém, a questão da criminalização de comportamentos indesejados é estrutural, o que aponta para uma falta de política criminal por parte do Estado brasileiro, ou seja, definir o que é crime e a função social das polícias, independente da variação política eleitoral.

As mobilizações sociais em Porto Alegre ainda têm seus reflexos. A campanha nacional pelo Plebiscito Popular pela Reforma Política teve adesão considerável no Estado do RS pelo número de comitês no referido Estado. O Plebiscito teve o objetivo pedagógico de mobilizar a população para a reforma política no Brasil, a partir da maior participação popular na vida política institucional e dar maior visibilidade e voz às suas demandas. A iniciativa veio de movimentos sociais, partidos de esquerda e setores organizados da sociedade civil e não tem valor legal. Durante seu pronunciamento em

[4] - Fonte: Jornal Zero Hora. http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/sete-jovens-sao-indiciados-por-formacao-de-milicia-em-protestos-na-capital-4446063.html

relação às manifestações de massa, a então presidente Dilma Rousseff propôs um plebiscito de reforma política. Essa proposta foi criticada pela oposição, que preferia um referendo como consulta popular, posição admitida pela grande mídia. No entanto, o Plebiscito Popular ganhou forma a partir de comitês que realizam seminários, formações, entre outras atividades para a articulação da tarefa.

Ainda no âmbito político-eleitoral, membros do *Bloco de Lutas* de Porto Alegre que tiveram algum tipo de destaque estão se candidataram aos cargos de Deputados, tanto estadual quanto federal, sem que nenhum deles tenha sido eleito em 2014. Este comportamento indica que a Esfera Pública continua a ser o lugar das decisões institucionais, apesar da crise de representatividade do atual sistema político brasileiro. Porém, as pautas apresentadas por esses candidatos não se configuraram em projetos de ação concreta, se tornando genéricas. Com efeito, o *Bloco Lutas* parece ter sido tragado pela política institucional e perdendo o seu ar de novidade.

A Copa do Mundo em Porto Alegre não registrou grandes manifestações. As massas pareceram desmobilizadas com os jogos do evento. Alguns protestos isolados com pouca participação foram feitos, sem maiores impactos, além de prisões por desacato. O ciclo da Copa do Mundo se encerrou, mas isso não significa que as lutas sociais em Porto Alegre tenham terminado.

Conclusões

No presente texto foram apresentados alguns aspectos históricos, sociais e culturais da participação política que antecederam as grandes manifestações de massa em Porto Alegre. Esses pontos foram abordados para o rompimento do senso comum de um gaúcho naturalmente politizado no imaginário social. Esse rompimento foi necessário para fazer o resgate histórico da participação da população gaúcha nos momentos decisórios. Nesse sentido, este mito cai por terra por se verificar no RS as mesmas estruturas de poder que aprofundam assimetrias nessas relações. Entretanto, é inegável a participação organizada da população gaúcha se apresenta de maneira sistematizada por fatores diversos ao longo de sua história, o que não significa uma totalização de maneira automata da prática política cotidiana.

É possível confirmar que as manifestações de massa de 2013 em Porto Alegre foi o ápice de um ciclo que não teve início nem teve seu fim em si mesmo. A cronologia do evento Copa foi apenas um ato da contradição de um sistema neodesenvolvimentista em relação aos direitos básicos de cidadania. O mote muda, mas as relações de poder não. O caso do Morro de Santa Tereza é emblemático para a incompatibilidade do capitalismo com o sistema democrático. Outro fato é a invisibilidade que os moradores da localidade sofreram em detrimento das grandes manifestações de massa, que ocorreram em regiões centrais da cidade. A geografia dos acontecimentos também contribui para a legitimidade ou até mesmo a existência de uma reivindicação.

Por fim, a participação da grande mídia se contrapõe a setores da sociedade civil organizada. A tentativa de esvaziamento do debate político denota a necessidade de democratização dos meios de comunicação de massas. No entanto, iniciativas de movimentos sociais, como o Plebiscito Popular, apontam para um novo fôlego de militância após as manifestações de 2013 e uma reconfiguração dos partidos de esquerda, o que consequentemente pode afetar o comportamento dos partidos de direita. Esse movimento pôde ser verificado com o processo de *impeachment* que a Presidenta reeleita Dilma Rousseff sofreu em 2016, a partir de um movimento parlamentarista dentro do presidencialismo de coalizão.

Referências bibliográficas

ALESSANDRI-RIBEIRO, Vitor; FACHINETTO, Rochele. Juventudes, manifestações sociais e representações da violência. ***Revista Público e Privado****. Fortaleza: UECE, 2013.*

ALMEIDA, Alberto. A posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso. In: ***Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciências políticas*** *– n. 2 – Niterói: EDUFF, 1997.*

ARAÚJO, Gabrielle. Mobilização coletiva e direitos humanos: a Copa do Mundo FIFA em Porto Alegre. In. 8ª Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. São Paulo: USP, 2014.

BORON, Atílio. Estado, capitalismo y democracia en America Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

FERNANDES, Eduardo Georjão. Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de "objetividade" e a "construção social da notícia". In.: ***Revista Contra Ponto****, n. 1, vol. 3. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2016.*

GUERRA CÂMARA, Gabriel. A Adoção de Processos Participativos Constituição da Segurança Cidadã no Brasil: Estudo de Caso do Conselho Municipal de Segurança em Porto Alegre. In. 8ª Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. São Paulo: USP, 2014.

KARNIKOWSKI, Romeu. De Exército Estadual a Polícia Militar: O papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988). Tese de Doutorado PPGS-UFRGS. Porto Alegre, 2010.

PRZERWORSKI, Adam. Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1994.

SCHABBACH, Letícia. Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado PPGS-UFRGS. Porto Alegre: 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. In.: Revista Política & Sociedade. Florianópolis: UFSC/PPGSP, 2007.

WOOD, Ellen. Estado, Democracia y Globalización. In: BORÓN, A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. ***La Teoria Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas****. Buenos Aires: CLACSO, 2006.*

Portais consultados:

Jornal Sul 21: http://www.sul21.com.br/jornal/

Jornal Zero Hora: http://zh.clicrbs.com.br/